

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2022**

Disciplina a formalização de processos de prestação de contas anuais de governo e de gestão, estabelece diretrizes para a seleção das unidades gestoras a terem os processos de contas de gestão formalizados para instrução e julgamento e regulamenta o conteúdo mínimo do Relatório de Gestão previsto no art. 7º, I, da LOTCE/AL e nos Anexos da Resolução Normativa nº 001/2016, como peça central da prestação de contas dos ordenadores de despesas.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições previstas nos artigos 3º e 87 da Lei nº 5.604, de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do TCE/AL), bem como no artigo 39, III, de seu Regimento Interno;

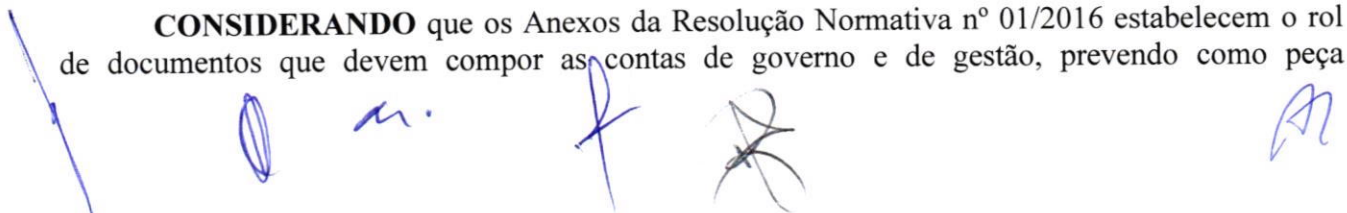
**CONSIDERANDO** que o art. 71 da Constituição da República estabelece a competência do órgão de controle externo para emitir anualmente parecer prévio sobre as Contas de Governo, bem assim para julgar as Contas de Gestão dos administradores e demais responsáveis pela gestão de recursos públicos, sendo contemplado no art. 75 o princípio da simetria;

**CONSIDERANDO** que o art. 1º da Lei Estadual nº 5.604, de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do TCE/AL), estabelece que compete ao TCE/AL a emissão de parecer prévio nas CONTAS DE GOVERNO do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais (incisos I e IV), e o julgamento das CONTAS DE GESTÃO dos administradores e demais responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais e municipais (inciso II), restando delineadas competências diversas de emissão de parecer prévio e de efetivo julgamento;

**CONSIDERANDO** que a apreciação das Contas de Governo aborda aspectos macro do exercício, devendo a Diretoria Técnica pronunciar-se em seu Relatório, como dispõe o art. 19 da Instrução Normativa nº 03/2017, sobre os “aspectos gerais do governo, incluindo o exame dos balanços e demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais do ente público, a observância dos limites de despesas com pessoal, dívida pública, os princípios da gestão fiscal responsável, as aplicações mínimas em saúde e educação, quando for o caso, bem como a avaliação da execução orçamentária e os resultados dos principais programas de governo etc.”;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito das CONTAS DE GESTÃO, a Lei Orgânica do TCE/AL estabelece que o Tribunal decidirá no julgamento sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas (art. 1º, § 1º), bem como que a prestação de contas será integrada, dentre outros elementos, pelo relatório de gestão (art. 7º, I);

**CONSIDERANDO** que os Anexos da Resolução Normativa nº 01/2016 estabelecem o rol de documentos que devem compor as contas de governo e de gestão, prevendo como peça



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

obrigatória das contas a serem prestadas por todos os ordenadores de despesa (contas de gestão submetidas a julgamento da Corte) Relatório de Gestão que aborde aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados;

**CONSIDERANDO** que, não obstante consista o Relatório de Gestão na peça central da prestação de contas submetida a julgamento, inexistente regulamentação acerca de seu conteúdo mínimo, do que resulta o recebimento de peças informativas que não reúnem informações necessárias a subsidiar um julgamento de gestão;

**CONSIDERANDO** que, dada a deficiência acima apontada, o padrão de análise estabelecido pelas Diretorias Técnicas para as contas de gestão se assemelha àquele adotado para as contas de governo, com foco em aspectos contábeis, não considerando atos de gestão e despesas praticados no exercício, sobre os quais deveria recair o juízo de legalidade, legitimidade e economicidade, e as peculiaridades dessa espécie de contas;

**CONSIDERANDO** que a prestação de contas de gestão deve conter elementos e demonstrativos que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos, bem como o resultado das ações empreendidas pelos administradores e responsáveis para cumprir os objetivos estabelecidos para a unidade prestadora de contas;

**CONSIDERANDO** que, não obstante se verifique, sob o prisma das competências da Corte e da efetividade do julgamento, a necessidade de adequação do objeto de apreciação das contas de gestão (contemplando aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão e despesas), tem-se no plano fático verdadeira inviabilidade material de rever a instrução e alargar os elementos de controle de todas as prestações de contas de gestão de exercícios pretéritos, o que prejudicaria o bom funcionamento do Tribunal e a priorização de processos atuais que permitem a fiscalização concomitante das gestões em curso;

**CONSIDERANDO** que a proximidade temporal entre a ação de controle e os atos controlados garantem mais eficácia às medidas propostas;

**CONSIDERANDO** os princípios da eficiência e da razoável duração do processo, previstos no inciso LXXVIII do artigo 5º e no artigo 37 da Constituição Federal, assim como a necessidade de aprimorar o modelo de fiscalização do TCEAL, a fim de torná-lo mais célere e tempestivo;

**CONSIDERANDO** que o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC propõe a utilização de medidas para racionalizar a geração de processos (antes da autuação) e a adoção de critérios de risco, relevância e materialidade para a autuação de processos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios de seletividade para formalização e instrução dos Processos de Prestação de Contas de Gestão, assim como ocorre, exemplificativamente, no Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa nº 84/2020), no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Resolução TCE/PE nº 141/2021) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Resolução TCE/ES nº 352/2021);





**RESOLVE:**

Art. 1º As Prestações de Contas Anuais, de Governo ou de Gestão, serão organizadas e apresentadas ao TCE-AL exclusivamente por meio eletrônico, na forma da Resolução Normativa nº 06/2016, observando-se o Rol de Documentos estabelecidos nos Anexos da Resolução Normativa nº 001/2016.

Parágrafo único. O cumprimento do dever legal de apresentação da prestação de contas anual somente será considerado atendido com a adimplência do envio das informações obrigatórias dos módulos do Sistema de Prestação de Contas.

Art. 2º As prestações de Contas Anuais, de Governo ou de Gestão, obedecerão as normas procedimentais estabelecidas pela Instrução Normativa nº 03/2017, cabendo à Diretoria Técnica finalizar a instrução através de Relatório Conclusivo que aborde eventuais razões de defesa apresentadas em face dos achados irregulares ou que registre a ausência de manifestação do responsável após sua comprovada notificação.

Art. 3º Todas as Prestações de Contas de Governo serão formalizadas anualmente como processo no TCE/AL para fins de emissão de Parecer Prévio, conforme estabelecem o inciso I do artigo 71 e o artigo 75 da Constituição Federal.

Art. 4º As Prestações de Contas de Gestão serão encaminhadas por todos os responsáveis por unidades jurisdicionadas mas somente serão formalizadas como processo no TCE/AL aquelas selecionadas para fins de instrução e julgamento, conforme critérios técnicos de seletividade e/ou fatos ou informações de que o TCE/AL tome ciência e sejam considerados relevantes para o exercício do controle externo.

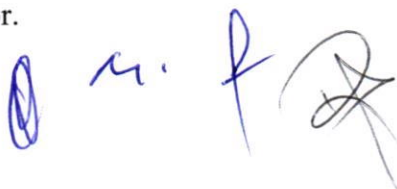
§ 1º Para os fins de aplicação desta Resolução, entende-se por:

I – prestação de contas de gestão: o relatório de gestão e o conjunto de dados, demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, encaminhados anualmente ao TCE/AL, organizados de forma a permitir o julgamento técnico sobre as contas;

II – formalização de processos para fins de instrução e julgamento: fluxo processual de autuação, instrução, análise e julgamento das contas anuais, pelo Tribunal.

§ 2º A divulgação das Prestações de Contas de Gestão que serão formalizadas como processo para instrução e julgamento será realizada anualmente, após o encerramento do prazo estabelecido para entrega das prestações de contas, por ato da Presidência fundado em informações fornecidas pelas Diretorias Técnicas.

§ 3º As unidades gestoras selecionadas na forma do § 2º devem estar proporcionalmente distribuídas entre os Grupos de Fiscalização, não se exigindo a exata identidade do quantitativo de unidades submetidas a cada Relator.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

§ 4º Todas as unidades jurisdicionadas do Poder Executivo, estadual ou municipal, e as unidades jurisdicionadas relativas aos Poderes Legislativos municipais terão, em regra, processo de Prestação de Contas de Gestão formalizado em pelo menos um dos quatro anos do mandato do Governador ou Prefeito ou do período da legislatura.

§ 5º Poderá ser dispensada, por deliberação do Colegiado, a regra estabelecida no §2º deste artigo no caso em que ficar demonstrado que a natureza dos atos de gestão envolvidos requer análise abrangendo vários exercícios financeiros, situação em que será formalizado processo de Auditoria para fins de instrução e julgamento.

§ 6º As Prestações de Contas de Gestão relativas à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, em razão da relevância institucional, terão processo de Prestação de Contas de Gestão formalizado anualmente.

Art. 5º As Prestações de Contas de Gestão não selecionadas para fins de instrução e julgamento permanecerão disponibilizadas para consulta pública, em meio eletrônico, através do site do TCE/AL.

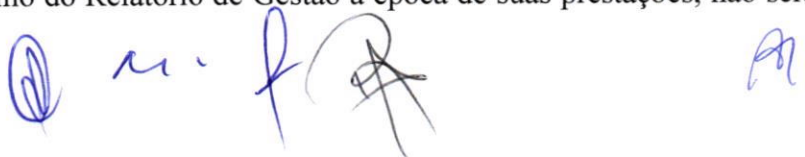
Parágrafo único. O Relator da unidade jurisdicionada, a Diretoria Técnica ou o Ministério Público de Contas, no prazo de 5 (cinco) anos, poderão provocar a formalização de processo de Prestação de Contas de Gestão, para fins de instrução e julgamento, caso tenha ciência de fatos ou informações que a justifiquem.

Art. 6º O Relatório de Gestão, previsto no art. 7º, I, da LOTCE/AL e constante da relação de documentos que devem compor as prestações de contas dos ordenadores de despesa, conforme Anexos da Resolução Normativa nº 001/2016, consiste na peça central da Prestação de Contas de Gestão e deve seguir as seguintes diretrizes:

- i) abordar aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial;
- ii) reunir elementos que permitam uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa;
- iii) ser elaborado em conformidade com os elementos mínimos estabelecidos em Ato da Presidência a ser publicado anualmente;
- iv) no caso de contas de gestão de Fundos, demonstrar a efetiva entrada das receitas conforme fontes de recursos estabelecidas em lei, bem como a correspondência das despesas realizadas às suas finalidades legais.

Parágrafo único. Com vistas a demonstrar a conformidade de despesas realizadas no exercício, a unidade prestadora de contas deve identificar, além dos procedimentos licitatórios e de contratação por ela própria conduzidos, qualquer outro procedimento que subsidie despesa realizada, ainda que se trate de licitação ou contratação conduzida por órgão/autarquia que concentre no ente tal atribuição.

Art. 7º As contas de gestão referentes a exercícios anteriores a 2021, devido à ausência de regulamentação do conteúdo mínimo do Relatório de Gestão à época de suas prestações, não serão





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

objeto de instrução complementar a fim de adequá-las à presente, devendo o julgamento recair sobre os aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais apontados nos relatórios das Diretorias Técnicas.

Art. 8º A partir das prestações de contas referentes ao exercício 2021, o objeto de análise e julgamento de gestão devem abordar necessariamente a conformidade e desempenho dos atos de gestão, contemplando no mínimo os aspectos previstos em Ato próprio da Presidência previsto no art. 6º, III, além dos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais historicamente adotados pelas Diretorias Técnicas.

Art. 9º A presente Resolução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 12 de abril de 2022.



Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS**  
Presidente



Conselheiro **FERNANDO RIBEIRO TOLEDO**  
Vice-Presidente – Relator



Conselheira **MARIA CLEIDE COSTA BESERRA**  
Corregedora



Conselheira **ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**  
Ouvidora



Conselheiro **RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE**  
Diretor-Geral da Escola de Contas

Conselheiro **ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO**  
(ausente)



Conselheiro-Substituto **ALBERTO PIRES ALVES DE ABREU**